

“MENINAS DANADAS”: EXPLORAÇÃO SEXUAL, PROSTITUIÇÃO E AGÊNCIA FEMININA EM CONTEXTO INDÍGENA

“MENINAS DANADAS”: SEXUAL EXPLOITATION, PROSTITUTION, AND FEMALE AGENCY IN INDIGENOUS CONTEXT

Martinho Tota

martinho.tota@gmail.com

Pós-Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ

Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Greilson José de Lima

greilsonlima@gmail.com

Doutor em Antropologia Social pela UFPE

Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Cassandra Vêras

cassandraveras@gmail.com

Doutora em Sociologia pela UFPB

Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

RESUMO

Este artigo, construído a partir de fragmentos registrados durante pesquisas realizadas em pequenos municípios localizados no Litoral Norte do estado da Paraíba, trata de questões de sexo e gênero envolvendo crianças e adolescentes sexualmente “exploradas”, jovens mulheres engajadas na prática prostitutiva e “meninas danadas”, isto é, mulheres igualmente jovens, não diretamente inseridas no mercado de sexo comercial, mas que ainda assim são suscetíveis aos mesmos processos de rotulação aos quais são submetidas as “verdadeiras” profissionais do sexo. Embora cada uma dessas situações guarde particularidades que as distinguem, em todas elas está em jogo uma tensão entre as vulnerabilidades implicadas nas identidades de gênero e a autonomia feminina. Ou seja, os discursos e as representações “vitimistas” muitas vezes esquecem-se dos desejos e da capacidade a que os sujeitos mulheres, mesmo neste contexto específico, têm de obedecer ou resistir.

Palavras-chave: Exploração sexual. Prostituição. Gênero.

ABSTRACT

This article, constructed from fragments recorded during surveys conducted in small towns located on the north coast of Paraíba state, deals with issues of sex and gender involving children and adolescents sexually “exploited”, young women engaged in the prostitution practice and “meninas danadas”, young women also, not directly inserted into the commercial sex market, yet susceptible to the same labeling processes which the “real” sex workers are. Although each of these situations keep particularities that

distinguish them, in all of them is at stake a tension between the vulnerabilities involved in gender identities and female autonomy. That is, the victimized discourses and representations often leave aside the desires and the abilities these women, even in this specific context, must obey or resist.

Keywords: Sexual Exploitation. Prostitution. Gender.

INTRODUÇÃO

Aquilo que o senso comum consagrou como a “profissão mais antiga do mundo” tem uma história. Na verdade, inúmeras histórias que variaram e têm variado ao longo do tempo, de acordo com cada contexto social, cultural, moral e político. Os significados atribuídos às(aos) e pelas(os) prostitutas(os), garotas(os) de programa, profissionais do sexo às suas vidas inseridas no mercado ou comércio sexual também são diversos. E é importante, para além das categorias comumente empregadas ou vulgarmente postas, compreendermos suas arestas, permitidas pelas experiências e narrativas e, desse modo, desenovelar as aflições e sonhos e atualizar os reflexos que os personagens reais nos apresentam.

No Brasil, o tema prostituição tem sido abordado por historiadores, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, antropólogos, juristas; por organizações não governamentais, igrejas e agências estatais (FREITAS, 1985; GASPAR, 1985; BACELAR, 1992; FONSECA, 1996; BENEDETTI e FÁBREGAS-MARTÍNEZ, 2000; MARTINS, 2003; ARAÚJO, 2006; OLIVAR, 2007; PASINI, 2005, 2009; LOSSO, 2010, entre outros). Paulo Sérgio do Carmo, por exemplo, em seu livro *Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil* (2011), remonta aos primeiros atos do processo colonizador, e mostra como as mulheres indígenas que viviam nas terras recém “descobertas” foram sexualmente exploradas pelos portugueses. Ao longo dos séculos, sobretudo com a intensificação do tráfico de escravos oriundos do continente africano, as mulheres negras foram ocupando um lugar cada vez mais destacado nas preferências e fantasias eróticas do “lúbrico” português, obliterando, conseqüentemente, o lugar ocupado por mulheres índias na economia dos afetos e prazeres (FREYRE, 1994; MOUTINHO, 2004).

Carmo (2011) observa que no Brasil o comércio sexual envolvendo mulheres esteve intimamente respaldado numa cultura machista, racista, heterossexista, elitista, imbuída de uma moral e de uma religiosidade marcadas pela ambigüidade e, portanto, perversas quanto às relações de gênero. Prova disso é que, no Brasil Colônia, ainda que concebida pela Igreja Católica como prática pecaminosa e/ou ilícita, a prostituição feminina era tida como uma “falta” menos grave do que o adultério e a homossexualidade. Segundo Carmo (2011, p. 72-73), “[a] Igreja fazia vista grossa ao ato do meretrício, desde que [este] fosse realizado para aplacar a pobreza [das mulheres]”. Mas o que significava “ser prostituta” no Brasil colonial? Na verdade, antes de sua “institucionalização”, qualquer comportamento sexual tido como “desviante”, “transgressor”, praticado por uma mulher, poderia levá-la a ser qualificada como “prostituta”, “meretriz”, “mulher da vida”, “mulher pública”, e assim por diante. “As mulheres apartadas de seus maridos aventureiros [por exemplo], ao lutarem pela própria sobrevivência, eram consideradas meretrizes e, caso abrigassem outras mulheres, corriam o risco de ser denunciadas como alcoviteiras” (CARMO, 2011, p. 78-79, 82). Desse modo, os limites entre ser ou não ser são tênues, e a tensão gerada implica no maior controle social da sexualidade feminina, e de maior vulnerabilidade para a mulher que é rotulada, ou daquelas que vivem essa vigília opressora, a qual recai mais pontualmente junto àquelas que se distanciam ou contestam a “matriz machista”.

A expansão e a “institucionalização” da prostituição feminina constituíram aspectos característicos das sexualidades brasileiras ao longo dos séculos, sobretudo após a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro no início do século XIX. Apesar disso, Carmo (2011, p. 151-152) afirma que “o país sempre oscilou muito” “[e]ntre a abolição e a regulamentação da profissão”. Uma solução parcial desse problema foi “a tolerância às casas de prostituição em zonas determinadas e a intervenção policial para manter a ordem”. A partir de 1890, a exploração do sexo comercial tornou-se crime. Ironicamente, foi também nessa época que teve início o tráfico de mulheres oriundas de diversos países europeus que chegavam ao Brasil para se prostituir. Estas, por sua vez, dividiam espaço ainda com mulheres negras cativas, inaugurando uma realidade profundamente estratificada no âmbito da prática prostitutiva¹. A partir do século XIX e princípios do XX, assistimos ao aparecimento de um ingrediente a mais neste cenário já bastante multifacetado, isto é, o discurso médico-legal e a consequente patologização de uma série de práticas sexuais, dentre elas a prostituição. Nas palavras do autor, “a santidade da família dependia da continuidade da prostituição, contanto que ela fosse regulamentada e higienizada, sujeita ao poder policial e médico. (...) Sendo impossível a erradicação da prostituição (...) juristas e médicos (...) temiam que tais impulsos não satisfeitos acabassem por manchar a moral das famílias, atingindo a virgindade das filhas” (CARMO, 2011, p. 256-257).

Dando um salto no tempo, vemos que o debate sobre a temática prostituição passa a adquirir novos contornos e matizes, sendo politizada (para o bem e para o mal), a partir das décadas de 1960 e 1970, graças ao surgimento dos feminismos congregados em torno da luta contra a sujeição das mulheres frente aos homens. Nesse contexto, algumas agentes (acadêmicas e/ou ativistas) viram na prostituição um alvo privilegiado para suas reivindicações (MCINTOSH, 1978; BARRY, 1979; CHAPKIS, 1997; NAGLE, 1997; BARNARDO’S, 1998; FARLEY, 2004). Contudo, nas agendas feministas contemporâneas existem clivagens importantes, ilustradas pelas posições divergentes quando estão em jogo questões como a legalização/descriminalização da prática prostitutiva. Para Raymond (2003), por exemplo, diretora da Coalition Against Trafficking in Women (CATW), tal prática constitui-se em um desserviço à cidadania de muitas mulheres em diversos países. Isto porque, segundo ela, a legalização da prostituição favoreceria apenas os cafetões, traficantes de mulheres e a indústria sexual; concorreria para alimentar a prostituição clandestina; aumentaria a prostituição infantil; motivaria os homens a comprarem os serviços sexuais das mulheres de uma forma muito mais permissiva e aceitável socialmente; as próprias mulheres engajadas na prática da prostituição, afirma ela, não a queriam legalizada. Raymond (2003) defende que o Estado, em vez de “acumular dinheiro com os benefícios econômicos da indústria sexual, deveria investir no futuro das mulheres prostituídas providenciando para elas recursos econômicos”. A despeito de seu “radicalismo”, a postura defendida por Raymond (2003) encontrou e encontra ressonância tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Swain (2004) está ao lado daquelas que combatem veementemente a institucionalização da prostituição, por ver nessa uma forma de violência contra a mulher. Para ela, legalizar ou descriminalizar tal prática implicaria na banalização/naturalização desse tipo de violência.

Não obstante, sem adentrar propriamente a polêmica envolvendo os prós e contras à legalização e descriminalização da prostituição, e sem desconsiderar os aspectos negativos (abusos, violência, vulnerabilidade em relação a doenças sexualmente transmissíveis e dependência de drogas, etc.) presentes nas vidas de muitas mulheres inseridas no comércio sexual, autores como Doezema (2001), Weitzer (2007), Coy (2009), empreendendo análises mais sofisticadas e menos maniquísticas, concebem a prostituição não apenas como reprodução ou

fonte de violência e humilhação contra as prostitutas. Para Weitzer (2007), a alegação de que as profissionais do sexo são meras vítimas e de que a violência é regra está alicerçada em dados pouco confiáveis, uma vez que a maioria dos estudos utiliza amostras colhidas aleatoriamente, sem levar em conta, portanto, pessoas de carne e osso.

Esse debate, contudo, foge aos objetivos deste artigo. Na verdade, pretendemos refletir aqui a respeito de algumas questões sobre as quais nos detivemos entre maio de 2012 e fevereiro de 2013, período no qual estivemos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como pós-doutorandos e conduzindo uma pesquisa intitulada “Sem reservas: prostituição juvenil na Terra Indígena e zona rural da Paraíba”, que tinha a professora Loreley Garcia como coordenadora principal. Conforme sugere o título, tratava-se de um estudo sobre “mulheres jovens que trabalham como prostitutas em regiões situadas nas áreas rurais e na terra indígena da Paraíba” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 1). Uma questão central levantada no projeto e norteadora da pesquisa estava referida à “conexão entre a ausência de empoderamento das meninas, associada a condições de extrema pobreza e a inserção na indústria sexual. Destaca-se que apenas a extrema pobreza não explica o ato de vender o próprio corpo para a sobrevivência, ela deve estar acoplada a condições culturais que, de um lado, desvalorizam e desqualificam jovens mulheres e, de outro, podem apresentar a prostituição como um projeto de mobilidade social e econômica e como uma resistência ao modelo de família patriarcal” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 5). Vale destacar que o estudo no qual nos inserimos consistia na continuação ou desdobramento de uma pesquisa anterior – intitulada “Entre campos, mares e trajetos: experiências etnográficas no Litoral Norte da Paraíba”, tendo a professora Silvana Nascimento, da Universidade Federal da Paraíba, como coordenadora –, que também contemplava, entre outras problemáticas, a questão da prostituição de mulheres jovens, e compreendia os municípios paraibanos de Mamanguape, Rio Tinto, Mari, Sapé e Guarabira.

Durante os nove meses em que permanecemos na equipe, atuamos principalmente no município da Baía da Traição, situado na Microrregião do Litoral Norte da Paraíba, local já conhecido por um de nós, por ter desenvolvido lá uma pesquisa anterior (cf. TOTA, 2012). Por essa razão, o que será exposto neste artigo apresenta as marcas do tempo dedicado à investigação científica (ainda em andamento) e do espaço no qual a mesma foi empreendida. Importante acrescentar ainda que esse texto não trata exclusivamente da temática prostituição, pois no decorrer da pesquisa nos deparamos com um quadro social multifacetado envolvendo gênero, geração e sexualidade. Neste quadro, constavam não apenas mulheres jovens engajadas na prática prostitutiva propriamente dita, mas também a “exploração sexual de crianças e adolescentes” e as “meninas danadas”, isto é, jovens mulheres que, mesmo não atuando como “profissionais do sexo”, eram rotuladas por escaparem a uma sexualidade determinada pelo modelo socialmente idealizado pautado na monogamia e no recato.

“EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”

Às vésperas de nossa primeira incursão à Baía da Traição para darmos início à pesquisa sobre prostituição, um de nós recebeu o convite de um professor da Universidade Federal da Paraíba para participar de uma audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual da Paraíba (MPPB) e pelo Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). O evento, que aconteceu no dia 6 de julho de 2012 no município de

Rio Tinto, tinha como título “Criança Indígena: Respeito e Dignidade”, e abordava a questão da “violência sexual contra crianças e adolescentes” da etnia indígena Potiguara. Para a audiência, o Ministério Público Federal solicitou a presença de uma série de instituições e agentes sociais como lideranças indígenas, representantes do Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEEP), Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP), Coordenação Técnica Local (CTL) da Baía da Traição, Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Potiguara, Secretarias de Educação, de Desenvolvimento Humano e de Segurança da Paraíba, além de uma antropóloga da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de temas relativos aos povos indígenas e outras minorias étnicas. A realização da audiência foi motivada pelas denúncias – que chegaram ao Ministério Público Federal via Conselho Tutelar de Rio Tinto – de exploração sexual de crianças e adolescentes indígenas de uma mesma família, com a “anuência da mãe delas”.

Receando que a participação no evento pudesse comprometer nossa inserção na condição de pesquisadores na Baía da Traição, uma vez que nossas futuras interlocutoras poderiam achar que éramos na verdade agentes da “polícia” ou do MPPB, preferimos declinar do convite. Dias depois, porém, ainda no mês de julho, fomos ao encontro de Walter Ribeiro, promotor de justiça de Rio Tinto, para obtermos junto a ele maiores informações sobre os casos de “exploração sexual” de crianças e adolescentes e também acerca da prostituição na região da Baía da Traição. “Nos últimos três anos”, disse-nos ele,

“tem havido uma incidência maior de crimes dessa natureza contra criança e adolescente. O índio da etnia Potiguara é aculturado. Ele é totalmente integrado à sociedade. Mas há certas coisas que eles reclamam como da cultura. E um dos problemas é direcionado a essa questão da exploração sexual da criança e do adolescente. Eles propagam o falso entendimento de que a iniciação sexual precoce do adolescente indígena faz parte da cultura. Porque para eles, a garota de 11, 12, 13 anos já pode manter relação sexual, já pode ter companheiro, já pode ter filhos. E isso tem nos criado um problema muito severo, porque na hora que isso acontece, desvirtua totalmente a vida do garoto ou da garota, que abandona a escola, se esquece da vida em sociedade e fica sem nenhum futuro, já que não mais estuda e não quer trabalhar. Esse envolvimento sexual e amoroso precoce contribui para a falta de dias melhores para aquela criança e para aquele adolescente que não mais estuda e não trabalha. Então, diante dessa situação, nós vimos tomando algumas medidas no intuito de precaver fatos dessa natureza”.

Segundo Walter Ribeiro, as denúncias eram feitas na maioria das vezes por conselheiros tutelares e agentes de saúde não indígenas:

“É como se fosse um acordo velado entre eles [índios]. Muitas vezes há convivência dos pais. Muitas [crianças e adolescentes “vítimas de exploração sexual”] só têm mãe, os pais não figuram no grupo familiar. Elas [as mães das “vítimas” e as próprias “vítimas”] aceitam favores como alguns bens, celulares, alguma facilidade. O silêncio da mãe indígena muitas vezes é em troca de favores. O índio não leva esse fato ao conhecimento da comunidade e às autoridades”.

Caberia perguntarmo-nos, contudo, sobre a natureza da relação entre a “jovem explorada” e o “explorador”. De acordo com o promotor,

“Na maioria das vezes é aceita a convivência comum. Ele seduz e passa a viver sob o mesmo teto com a criança por um ou dois anos, até ela ficar grávida e abandoná-la. É isso o que acontece”.

Esta realidade, ainda segundo ele, predominava nas aldeias indígenas. Já o “comércio sexual” emergia como “fatos isolados” fora delas, isto é, no núcleo urbano dos municípios da Microrregião do Litoral Norte paraibano:

“Prostituição já diz respeito a outro fato. Essa situação no meio indígena é meio diferenciada, é de exploração sexual mesmo, não de prostituição². É estupro de vulnerável, vulnerável devido à condição de juventude da criança e do adolescente. Porque as garotas são induzidas como se fosse pelo costume. Essa facilidade vai movida como se fosse uma coisa natural, como se isso fosse da própria constituição do lugar, a aceitação de casos dessa natureza”.

Para Walter Ribeiro, eram sobretudo os homens indígenas aqueles que consideravam isto “normal”. Ainda segundo o promotor, era a carência financeira que propiciava este fato, tornando difícil para as próprias mães das garotas “exploradas” “resistirem a esse tipo de coisa. A maioria dos índios não trabalha. Eles vivem desses favores, do Bolsa Família, dessas benesses”. Muitos dos “exploradores” eram “criminosos” que roubavam, se refugiavam nas aldeias e

“Às vezes são esses, que detêm um certo recurso, que conseguem manter essa vida com as adolescentes. Aí a troca é em relação a esses. De uma certa forma, angariam algum bem e vai ter maior facilidade. É muito difícil levar o adolescente para o caminho certo quando ele quer se desviar. E eu admito inclusive que muitas dessas crianças terminam se prostituindo e saindo até do lugar”.

O quadro exposto pelo promotor Walter Ribeiro dizia respeito principalmente ao município de Rio Tinto, ainda que ele afirmasse que a situação não era muito distinta da encontrada em outros municípios do Litoral Norte paraibano. De todo modo, um dia depois de tê-lo entrevistado, fui à Baía da Traição no intuito de colher outras informações a respeito da “exploração sexual de crianças e adolescentes” e do comércio sexual envolvendo mulheres jovens. Para tanto, a primeira pessoa a quem procurei foi Mercedes, uma conselheira tutelar indígena daquele município. Valeria a pena reproduzir alguns trechos de sua fala para averiguarmos as semelhanças e/ou diferenças de seu discurso quando comparado com aquele emitido pelo promotor de justiça. Segundo Mercedes,

“A gente tem uma demanda muito grande dessa parte de abuso sexual com criança e adolescente. E onde a gente encontra mais esses abusos é nas próprias comunidades indígenas, nas aldeias. São tios abusando das sobrinhas, os próprios pais. São pessoas adultas abusando de crianças de 9, 12 anos. Através dos abusos, é onde a adolescente, a criança mesmo de 11 anos, já fica grávida. E elas ficam com medo de dizer, porque o próprio, que faz o ato, fica assustando ela. E elas ficam com medo de dizer à família o que tá acontecendo”.

Além de atuar no sentido de coibir a exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar atendia mulheres vítimas de outros tipos de violência.

“A gente teve um caso agora recentemente, que uma adolescente teve um caso com um rapaz desde os seus 10 anos, e depois dos seus 12 anos, aí ficou grávida. E o companheiro planejou o aborto, matou duas crianças. Ela estava grávida de dois. E ele fazendo medo a ela para que ela não dissesse à família. E ela ficou grávida novamente dessa mesma pessoa. E novamente ele praticou o aborto dando remédio. E ela teve que ir para o hospital, e nesta hora ele não deu apoio a ela. Foi na hora

que ela se revoltou e resolveu vir até o Conselho e contar o que tinha acontecido. Ela é daqui da cidade e ele é de uma comunidade indígena”.

Mercedes afirmou que “quando elas sofrem esse abuso, elas se recolhem, ficam assustadas, com medo, principalmente da família, porque eles ameaçam. A única forma que a gente faz é passar para psicólogo, assistente social, para que eles possam ver o que está dentro delas”. Referindo-se à audiência ocorrida em Rio Tinto dias antes, Mercedes considerava que

“Foi de grande importância, porque cabe também aos pais não jogar só a responsabilidade ao Conselho Tutelar, aos professores. Os pais também têm de estar presentes na vida de seus filhos; os pais têm que ter autonomia. O que a gente mais vê, não só na zona rural, mas na zona urbana, o índice maior é a prostituição, o abuso. Crianças dentro da sua própria casa estão sendo abusadas. Porque a gente mora numa cultura, a gente mora numa área indígena. A gente temos cultura? Temos. Mas o abuso não é uma cultura. Porque jamais, eu tendo um filho, uma filha, eu vou querer ver o pai ou um irmão abusar. Não, porque sangue é sangue, mas também tem que ter o respeito”.

Quanto à prostituição, Mercedes afirmou que algumas mulheres, inseridas no comércio sexual, ocasionalmente recorriam ao Conselho Tutelar relatando episódios de abuso: “Acontece muito, devido à prostituição. Com certeza na prostituição há esses fatos do abuso, onde os atores oferecem com aquele dinheiro, passeios, e daí acontece”. No caso das jovens que se prostituíam, Mercedes dizia que muitas eram naturais do município da Baía da Traição, mas havia também garotas oriundas de outras pequenas cidades próximas. “Mas quando chega alguém de fora, que a gente tem conhecimento, o Conselho Tutelar busca pegar essas adolescentes que vêm de fora se prostituir aqui, e busca entregar no seu município. Elas atuam aqui na cidade e também nas aldeias. É onde a gente toma as devidas providências”. Mas não era em todas as aldeias que havia garotas se prostituindo. De acordo com Mercedes,

“Tem uma [aldeia] que é mais próximo da cidade e tem todo o percurso. Não é em todas as aldeias. Mas há sim [prostituição]. Quando [a garota] conhece outras pessoas que oferecem dinheiro, passeio, então ela já começa a se envolver. E daí é que começa a ficar rebelde e querer ser adulta logo cedo”.

As meninas que se prostituíam (cujas idades variavam entre 11 e 17 anos, segundo Mercedes) atuavam em pequenos bares, localizados na cidade, mas em lugares menos visíveis, onde eram acolhidas e

“Onde os rapazes ofereciam uma quantia, bebida, uma parea [um par] de roupa, ficavam a noite com elas. Muitas recebem dinheiro e ficam com aquele cara, dormem, faz o ato sexual; mas muitas vezes a adolescente fica grávida. E quando ela vai avisar o companheiro, simplesmente [ele] dá um chute nela. E aí chega a denúncia até a gente e a gente vai até a dona do estabelecimento para comunicar a ela sobre a denúncia e tentar resolver. Porque não é certo. E se ela acolher, a culpada é ela”.

O plano de trabalho estabelecido para a pesquisa sobre prostituição juvenil na Baía da Traição inicialmente incluiu conselheiras(os) tutelares, além de psicólogas(os) e assistentes sociais que atuavam no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) local. Entretanto, como podemos observar, a partir do discurso emitido por Mercedes, o quadro apresentado por estes agentes ia ao encontro de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, ou seja, não se tratava propriamente de sujeitos engajados na prática prostitutiva, que eram o objeto central do estudo. Além de excederem o escopo de nossa

investigação, a problemática envolvendo episódios de abuso e exploração sexual era de difícil acesso, entre outras razões, porque se tratava de garotas menores de 18 anos, o que tinha implicações jurídicas sérias. Além disso, muitas dessas jovens e suas respectivas famílias não se mostraram dispostas a exporem suas histórias para pesquisadores que lhes despertavam suspeitas, uma vez que poderíamos ser facilmente identificados como agentes da justiça que estavam ali para interferir em questões que para elas eram da alçada familiar.

No entanto, se não era esta a questão-chave de escrutínio naquele momento, a mesma adquire aqui um estatuto importante, requerendo algumas considerações – ainda que não seja possível no espaço de um artigo destrinçar todos os elementos contidos no problema concernente à exploração sexual de crianças e adolescentes, mesmo quando delimitado a um contexto histórico e social específico. Na verdade, e este é um primeiro ponto a ser destacado, o panorama expresso pelos depoimentos de Walter Ribeiro e Mercedes apresenta diversas similaridades com o que se verifica em outras localidades Brasil afora. No ano de 2012, enquanto estivemos engajados na pesquisa “Sem reservas”, deparamo-nos com inúmeras reportagens publicadas em jornais e sites da Internet retratando episódios de exploração de crianças e adolescentes indígenas. O que se deu no município amazonense de São Gabriel da Cachoeira é um bom exemplo:

“Uma rede de pedofilia vem se consolidando no município de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus), no extremo norte do Amazonas, sem que os envolvidos sejam investigados e muito menos punidos. As vítimas são meninas indígenas entre 10 e 16 anos de idade. Pessoas vinculadas a instituições sociais são ameaçadas caso façam as denúncias e as vítimas são coagidas a ficarem caladas. Nessa semana algumas pessoas ligadas a estas instituições aceitaram falar sobre os casos. Segundo elas, a exploração sexual, antes velada, tem se tornado cada vez mais escancarada. Respaldados pela falta de investigação, os exploradores sexuais e aliciadores não temem ser punidos e continuam praticando o crime contra as meninas. (...) O comércio do sexo com crianças e adolescentes tem à frente um pequeno grupo de comerciantes ‘com dinheiro’ que se instalou há algum tempo no município e funcionários públicos. O alvo preferido da exploração sexual são meninas virgens. Em muitas ocasiões, as meninas também acabam sendo vítimas do tráfico de drogas. (...) “São meninas de famílias muito pobres que vêm de suas comunidades. Sem condições financeiras, elas acabam sendo vítimas desses comerciantes”, disse uma conselheira tutelar que prefere ficar no anonimato.” (Reportagem de Elaíze FARIAS)

“Doze meninas (...) relataram aos policiais que foram exploradas sexualmente e indicaram nove homens como os autores do crime. Entre eles há empresários do comércio local, um ex-vereador, dois militares do Exército e um motorista. As vítimas são garotas das etnias tariana, uanana, tucano e baré que vivem na periferia de São Gabriel da Cachoeira... Entre as meninas exploradas, há as que foram ameaçadas pelos suspeitos. Algumas foram obrigadas a se mudar para casas de familiares, na esperança de ficarem seguras. (...) M., de 12 anos, conta que “vendeu” a virgindade para um ex-vereador. O acerto, afirma a menina, ocorreu por meio de uma prima dela, que também é adolescente.” (Reportagem de Kátia BRASIL)

“Por que existe essa exploração? Porque para alguns brancos o índio é objeto, não conta, não tem dignidade ou valor. Eles fazem o que bem entendem”, diz o bispo Edson. O crescimento populacional acelerado no município é apontado como um dos fatores que agravaram a vulnerabilidade das meninas indígenas. O número de moradores do município encravado na floresta (...) quase dobrou em duas décadas. (...)

A relação entre urbanização acelerada em municípios indígenas e exploração sexual infantil não é exclusividade do município no norte do Amazonas. Em julho do ano passado, em encontro do Grupo de Estudos sobre Infância Indígena e Trabalho Infantil da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), integrantes manifestaram a preocupação em relação a este tema. Dornival dos Santos, representante dos índios Kiriris, afirmou na ocasião que a saída de jovens das aldeias para as cidades trazia riscos de exploração pela prostituição e alcoolismo. (Reportagem de Daniel SANTINI)

É possível identificar vários pontos de contato entre o exposto nessas matérias sobre a situação em São Gabriel da Cachoeira e os discursos de Walter Ribeiro e Mercedes engendrados a partir do quadro instaurado em Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. O primeiro deles, evidentemente, diz respeito à vulnerabilidade de crianças e adolescentes indígenas do sexo feminino diante da carência financeira e do assédio de homens ocupando uma posição de dominação alicerçada em suas identidades de gênero e no capital econômico em localidades caracterizadas pela pobreza. Outra coincidência apresentada nos dois contextos incide em um outro tipo de vulnerabilidade, porém intimamente relacionada à primeira, que se traduz na propensão dessas jovens a inserirem-se direta ou indiretamente na criminalidade (consumo e tráfico de drogas, por exemplo). A violência contida na própria maneira de serem abordadas pelos “exploradores” – mas também nas ameaças de agressão ou mesmo de morte contra elas, seus familiares ou contra conselheiros tutelares, assistentes sociais que lhes dão apoio –, emerge como outro fator comum.

Embora estejamos tratando aqui de casos envolvendo crianças e adolescentes indígenas vivendo em localidades do Norte e Nordeste brasileiros, é importante termos em mente que, *mutatis mutandis*, nem todas as características presentes nestes cenários são radicalmente distintas de muitas daquelas observáveis em outros contextos sociais. A questão da prostituição, por exemplo, tal como tratada por Walter Ribeiro e Mercedes (para os casos de Rio Tinto e Baía da Traição) e pelas matérias jornalísticas (para o caso de São Gabriel da Cachoeira) encontra forte ressonância no trabalho de Reid (2001), para quem a experiência prostitutiva vivida por crianças do sexo feminino inscreve-se como uma das modalidades mais contundentes de maus tratos. Para a autora, que lança mão de uma pesquisa de cunho quantitativo, boa parte das crianças inseridas no tráfico sexual apresenta um histórico de abuso sexual, de violência doméstica, consumo de drogas, pobreza, criminalidade, etc., justificando o porquê de muitas acabarem tornando-se “vítimas” da exploração sexual. Entretanto, há que nos precavermos contra conclusões apressadas e generalizantes. Muitos dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, por exemplo, imprimam discursos e imagens equacionando, quase que mecanicamente, crianças e adolescentes pobres vivendo nas ruas, consumindo drogas, cometendo pequenos roubos, iniciando-se na vida sexual precocemente, engravidando cedo, se prostituindo, sem, contudo, levar em conta especificidades individuais e contextuais (cf. ROSEMBERG e ANDRADE, 1999). No que tange à questão da prostituição infanto-juvenil, Sousa (2002), discutindo alguns dos principais trabalhos produzidos nesse período, observa a complexidade e a diversidade deste fenômeno e aponta para a necessidade de construirmos novas categorias que deem conta de sua multiplicidade.

Souza e Souza (2009), tratando do mesmo tema, questionam uma representação unívoca e homogeneizante, que “alcança considerável nível de estigmatização e se consagra como forma de produção estereotipada de conhecimento, que reforça a ideia de submissão desses sujeitos”, dando margens a “intervenções descontextualizadas e violadoras”:

“Incitadas por tentativas de controle social e enquadramento dessas práticas, é fato que muitas dessas ações arriscam-se mais como estratégias de interferência e dominação, repletas de julgamentos e estereótipos que culpam a família e a jovem e estreitam o campo de atuação. Tais práticas, incluídas no rol das políticas de proteção social da criança e do adolescente no Brasil, implicam contextos particulares e decorrentes de construções históricas, sociais, culturais e econômicas próprias, articuladas às demais questões sociais.” (SOUZA e SOUZA, 2009, p. 255)

Para os autores, é preciso compreender “como esses sujeitos [notadamente jovens mulheres em situação de prostituição] negociam o sistema de classificação arregimentado para eles próprios, que os comprime dentro de categorias homogêneas, sem considerar a possibilidade de posturas diversas e não convencionais” (SOUZA e SOUZA, 2009, p. 255). Certamente essas considerações são válidas para refletirmos sobre os casos de São Gabriel da Cachoeira e, o que nos interessa aqui, as falas de Walter Ribeiro e Mercedes. Como vimos, as crianças e adolescentes alvo da “exploração sexual” são construídas como indivíduos passivos, carentes, vulneráveis, sofridos. No caso das “vítimas” habitantes de Rio Tinto e Marcação, diferentemente daquelas de São Gabriel da Cachoeira, estas são objeto de assédio não de homens “brancos”, mas de outros índios, inclusive parentes (tios, pais). Quanto às suas famílias, estas aparecem atuando como “cúmplices”, “coniventes”, responsáveis, portanto, pela perpetuação deste quadro. Nesse sentido, a alegação feita por alguns índios de que a iniciação sexual “precoce” das meninas seria na verdade uma característica cultural parece aos olhos dos “operadores de direitos humanos” (promotores de justiça, conselheiros tutelares, assistentes sociais, etc.) como um engodo.

Mesmo que não seja nosso objetivo confrontar discursos, acreditamos que muito do apontado até aqui reflete questões mais gerais de natureza étnica ou familiar, entre a ação do Estado e uma busca de gerenciamento dos grupos indígenas ou das famílias quanto ao seu papel e orientação. As dificuldades dos agentes do Estado, apontadas em seus discursos, podem mascarar um oponente, ressaltar os elementos de uma “cultura indígena” que parece conivente com a violência. Porém, tudo isso pode nos desviar de questões mais complexas, que precisam ser melhor esclarecidas. Assim como não podemos fazer vistas grossas para os dramas sociais “reais”, tampouco podemos cair nas armadilhas que nos prometem respostas rápidas e fáceis. Quando estivemos na Baía da Traição engajados em outra pesquisa, percebemos na região a tendência de jovens de ambos os sexos, com idades abaixo dos 18 anos, iniciarem-se na vida sexual. No caso de nossos interlocutores homossexuais, todos eles haviam praticado sexo pela primeira vez quando tinham menos de 12 anos. Além disso, o início da trajetória sexual desses indivíduos se deu com homens mais velhos que eles (vizinhos, conhecidos, parentes) e em nenhum caso a experiência foi relatada como “abuso” ou “exploração” (cf. TOTA, 2012). Obviamente não devemos estabelecer proposições generalizantes, tampouco desconsiderar variáveis como gênero, orientação sexual, condições econômicas, fatores de ordem moral, as quais fazem toda diferença na vivência da sexualidade e no modo de interpretá-la. Por outro lado, devemos estar atentos no sentido de não tomar discursos aparentemente benevolentes como os únicos a gozarem de legitimidade. Afinal, o que nos diriam as jovens “exploradas” sexualmente e suas mães “coniventes” na Baía da Traição? O que estaria em jogo nesse imbróglio envolvendo menoridade, exploração sexual, carência financeira? Quais as lógicas morais, culturais e afetivas presidem as relações familiares, sexuais, econômicas, entre outras, nesse contexto específico? Não dispondo de “dados” para arriscar uma resposta aqui, cabe deixar essas questões em aberto como “boas para pensar”.

“PROFISSIONAIS DO SEXO”

As primeiras menções que ouvimos à questão da prostituição envolvendo mulheres indígenas apareceram bem antes de nossa inserção no projeto “Sem reservas”. Em abril de 2009, quando um de nós deu início a uma pesquisa de doutoramento, alguns rapazes membros da Organização dos Jovens Indígenas Potiguara (OJIP) discorreram sobre as dificuldades com as quais homossexuais e “profissionais do sexo” se defrontavam na região da Baía da Traição. Um deles afirmou ser “bem dramática a questão da sexualidade, porque a discriminação é muito grande tanto ao homossexual como à profissional do sexo”. As pessoas não “respeitam esse desejo, essa opção do ser jovem, do que ele quer ser, do que ele quer seguir, o que ele sente, o que ele gosta. E o jovem que segue qualquer vida dessa tem que ser forte para enfrentar as discriminações que vêm”. Outro rapaz acrescentou: “A gente tenta bater isso de uma forma muito grande, para que o jovem, enquanto homossexual, a jovem, enquanto profissional do sexo, tenha o seu espaço; que eles sejam respeitados como são, de acordo com o seu gosto. Porque a vida é pessoal dele, só a ele importa”. De acordo com outro jovem, as pessoas “discriminam, falam, xingam o quanto querem. Mas elas não pensam que ali é uma escolha dela, é uma escolha dele. Elas não querem aceitar, porque acham que isso não é justo, que isso é parte do demônio, que a pessoa vai deixar de ser gente. Então, elas acabam não querendo aceitar”.

Através dos discursos desses jovens a respeito de homossexuais e profissionais do sexo, parecíamos estar lidando com um caso de “desvio” (BECKER, 2008, p. 14), em que o processo de “discriminação” (acusação) bem ilustrava o fato de que a existência de indivíduos passíveis de serem qualificados na condição de “desviantes” dependia da participação destes em um “sistema de relações e interações”. Acompanhando o raciocínio de nossos interlocutores, havia ainda uma polarização entre a “sociedade” de um lado, e homossexuais/profissionais do sexo de outro. Mas seriam estas duas entidades antagônicas e inconciliáveis? Ora, como diria BECKER (2008, p. 21-27), o desvio “é criado pela sociedade”, que impõe “as regras cuja infração constitui desvio”. O desvio, portanto, não é “uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. (...) o desvio é antes o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento”.

A OJIP, nesse contexto, atuava no sentido de “combater barreiras entre preconceito de índio com índio, sexualidade e tudo”; “para que o jovem homossexual”, “a jovem profissional do sexo”, tivessem “seu espaço”. Todavia, de acordo com meus interlocutores, para terem “direito de falar” e serem “respeitados”, homossexuais e profissionais do sexo deveriam obedecer a certas normas, como respeitar a “sociedade”, “caminhar sempre no caminho mais certo”, “não distorcer as coisas”, não “usar drogas”, não roubar nem “se envolver com pessoas perigosas”. Essa espécie de cartilha prescritiva sobre o “bom comportamento” que era exigido dos homossexuais e das profissionais do sexo tinha como efeito compreensível (ao mesmo tempo um tanto paradoxal) evidenciar o modo como era reatualizada uma gramática moralizadora que, para reconhecer-lhes a qualidade de “gente” – através de um processo de inclusão –, acabava por gerar uma série de rebentos espúrios – aqueles que cometiam “roubo” ou consumiam “drogas”; os que se envolviam na “máfia” e com “pessoas perigosas”.

Outro aspecto igualmente importante residia no fato de, ao passo em que era colocada como uma questão social, homossexualidade e prostituição também concerniam à “opção” individual. Expressões como: “o que ele quer ser”, “a vida é pessoal dele, só a ele importa”, “cada um tem sua escolha sexual,

sua opção”, remetiam ao papel desempenhado pela sexualidade na teoria foucaultiana (FOUCAULT, 1998), isto é, como força motriz “nas formas da relação do sujeito consigo mesmo”, enquanto fonte basilar de uma “ética da conduta sexual”, onde o “sujeito emerge como o próprio *locus* de uma problematização, eixo em torno do qual vai se concentrar toda uma reflexão relativa à relação consigo mesmo e com os outros”. Mas a noção de “opção” aqui estava relacionada também ao aspecto geracional, isto é, à ideia do “ser jovem”. Nesse sentido, seria interessante comparar as representações contidas nas falas de meus interlocutores com aquelas apreendidas por Mariana Paladino em sua etnografia sobre jovens da etnia Ticuna, onde a autora afirma que alguns de seus informantes “fizeram referência à violência, aos problemas do álcool e das drogas, à ‘prostituição’ (...) e ao homossexualismo que atingem os jovens, (...) sendo que ‘nada disso existia antes’” (PALADINO, 2006, p. 209, 218). Vemos assim que nos dois casos, tanto entre alguns potiguaras quanto entre alguns ticunas, homossexualidade e prostituição ocupavam lugares bastante próximos no panteão dos socialmente estigmatizados, mantendo uma perigosa proximidade também com o “mundo” das drogas e da violência. Entretanto, tais associações caminhavam igualmente em direção à “(...) ideia de *liberdade*, de *ser livre*, [a qual] estabelece um campo semântico onde também se situam a *experimentação*, a *curtição* e as *novas descobertas*” (FRANCH, 2007, p. 137, ênfases da autora).

Contudo, se, por um lado, estas condutas ou “opções do ser” caminhavam unidas na categorização de indivíduos, atraindo para estes um processo de marginalização social, justamente por agenciarem formas de vida alternativas relacionadas às suas práticas sexuais, por outro lado os rapazes ouvidos promoveram uma distinção de gênero entre homossexuais e profissionais do sexo ao citarem os primeiros como sendo do sexo masculino e estas como do feminino. Assim, enquanto os primeiros foram “homossexualizados” e “(des)-prostituídos”, as outras acabaram ficando “(des)-homossexualizadas” e “prostituídas”. À medida que a pesquisa avançou, porém, a questão do sexo comercial tornou-se mais complexa, uma vez que encontramos travestis que haviam se prostituído em algum momento de suas vidas em outras cidades da Paraíba (Rio Tinto, Mamanguape, João Pessoa), de outros estados (como o Rio Grande do Norte) e mesmo fora do Brasil (na Itália). Também ouvimos, da parte de interlocutores *gays*, menções à personagem “michê” (cf. PERLONGHER, 1987) na região. Conforme Guimarães (2004, p. 74-75), “a identidade sociossexual *michê* refere-se a um indivíduo jovem do sexo masculino, tido como heterossexual, que vende os seus serviços sexuais no mercado homossexual, recebendo do homossexual pagamento em dinheiro ou outras formas de bens simbólicos e materiais (subsistência, roupas etc.)”. Ainda segundo a autora,

“A confirmação da identidade heterossexual do *michê* (...) Fundamenta-se, sobretudo, no critério simbólico de diferenciação heterossexual (macho)/homossexual (fêmea). Nesta relação sexual *michê*/homossexual, a identidade sexual do *michê* se define como o parceiro ‘masculino’, aquele que desempenha o papel sexual ‘ativo’, de ‘quem come’ (principalmente no coito anal, prática homossexual por excelência), em oposição à identidade homossexual. É este significado simbólico atribuído à sua identidade sexual que lhe permite até aceitar, por vezes, uma relação sexual ‘sem remuneração’, mesmo que a sua posição física no ato sexual concreto e secreto seja outra.” (GUIMARÃES, 2004, p. 88)

A personagem “michê” na região da Baía da Traição, contudo, era relativamente recente, segundo alguns de nossos interlocutores *gays*, inexistindo até o final dos anos 1990. Para estes, muitos rapazes interagiam sexualmente com homossexuais sem a mediação de qualquer intercâmbio financeiro. Essa

realidade mudou em virtude da presença de turistas que presenteavam esses rapazes com dinheiro, roupas, tênis, bebidas, cigarros e outras drogas (sobretudo maconha) em troca de sexo³. Talvez não fosse por acaso que, conforme outros interlocutores, os “michês” locais cobravam para interagir sexualmente apenas com as “bichas de fora” do lugar, o que não ocorria em relação aos habitantes da Baía da Traição ou de aldeias próximas. De todo modo, mesmo para alguns de nossos entrevistados homossexuais que moravam na região, só havia um jeito de interagir erótica e/ou afetivamente com um indivíduo supostamente heterossexual: se tivesse dinheiro. Entretanto, apesar de sua preponderância, esta não era a única forma de empreender e interpretar as relações homoeróticas envolvendo *gays* e rapazes que eventualmente atuavam como “michês” ali. Dentre nossos entrevistados, simplesmente alguns não admitiam a ideia de despendar dinheiro em troca de sexo, achando-a inconcebível.

Ainda assim, num contexto onde havia limitadas alternativas de emprego e renda e, por conseguinte, escassez de dinheiro circulando, a equação envolvendo sexo e dinheiro (ou outros bens materiais) tinha um papel simbólico importante, funcionando como elemento de socialidade, comunhão e amizade, mas também, no caso dos “michês”, como “uma atividade que lhes concede prestígio e sedimenta sua masculinidade”, havendo uma “equivalência entre os fluxos eróticos e os fluxos de prestígio” (OLIVEIRA, 2009, p. 135-136). Este autor afirma ainda que o “dinheiro (...) opera como um signo marcado pelo gênero, a partir do contexto de interação em que é acionado, expressando o reconhecimento do *status* masculino que um *homem* ostenta” (idem, ibidem, ênfases do autor).

Mas quais os significados que o dinheiro teria nas relações sexuais envolvendo profissionais do sexo femininas e seus “clientes” homens? Para responder a isto, seria necessário contatá-las, tarefa não muito fácil. Ainda quando um de nós estava engajado em sua pesquisa de doutorado, localizamos um bar que funcionava como “bordel” e que ficava em uma aldeia. O local, para um visitante desavisado, poderia ser facilmente tomado por uma residência comum. Nele atuavam jovens mulheres índias e não indígenas oriundas de outros municípios paraibanos como Mamanguape e Rio Tinto, embora ocasionalmente houvesse alguma moradora da Baía da Traição ou de aldeia próxima. Na verdade, o número de profissionais do sexo ali era bastante reduzido e oscilava bastante com as constantes saídas e entradas de outras garotas. Por serem também poucos os “clientes”, geralmente moradores daquelas redondezas, o movimento ali era considerado “fraco”. Frequentemente, quando visitávamos a aldeia, encontrávamos sorridentes meninas à porta da “casa”. Algumas chegavam a passar vários meses instaladas no local e, fossem elas indígenas ou não, pareciam conviver harmoniosamente com os demais habitantes do lugar. Este mesmo “bordel” foi posteriormente localizado por pesquisadores aos quais nos juntamos, tendo sido descrito como uma das

“áreas de prostituição feminina dentro das terras indígenas que são vigiadas pelas suas lideranças, mas dirigidas por mulheres potiguaras que já possuem uma carreira no negócio da prostituição, atendendo tanto nativos quanto viajantes, especialmente catadores de caranguejos do litoral paraibano que trabalham na região sazonalmente. Como a venda de bebidas alcoólicas é proibida em áreas indígenas, os lugares de prostituição são muito controlados e, regularmente, abrem e fecham suas portas de acordo com as pressões políticas locais. Nesses discretos cabarês, misturados a casas de famílias potiguaras, há a presença de duas ou três prostitutas, indígenas e não-indígenas, que atendem a clientela local, turistas e trabalhadores sazonais. Esses espaços de prostituição dentro de áreas indígenas não estão apenas circunscritos à lógica tradicional local, mas fazem parte de redes mais amplas de prostituição

rural e litorânea na Paraíba, que estão diretamente ligadas a situações de pobreza, violência e ausência de políticas públicas.” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 10)

Ao longo do nosso trabalho de campo, que compreendeu o período entre os meses de julho e dezembro de 2012, contando com o auxílio de outros colegas de pesquisa, localizamos dois bares contíguos, situados no núcleo urbano da Baía da Traição (porém numa área menos visível da cidade), nos quais contatamos jovens mulheres engajadas na prática prostitutiva. Um desses bares era na verdade um estabelecimento diminuto, em precário estado de conservação, onde moravam e trabalhavam três garotas. Em uma das visitas que lá fizemos, observamos que os encontros entre elas e seus clientes muitas vezes eram antecedidos por uma negociação via celular. O valor estabelecido para o programa variava de acordo com as necessidades econômicas das garotas, do poder aquisitivo alegado pelos “clientes” e do tipo de relação prévia existente entre elas e estes últimos. Mesmo assim, embora “inflacionassem” o “cachê” diante dos pesquisadores, na prática as jovens profissionais do sexo recebiam em média R\$ 20,00 (vinte), R\$ 30,00 (trinta reais) por programa. Nesse estabelecimento, era uma mulher mais velha (na faixa dos 30 e poucos anos) que exercia a função de “gerente”/“cafetina”, enquanto as outras atuavam como “garçonetes”/“atendentes”. Quanto ao segundo bar, consideravelmente maior que o primeiro e no qual atuava um número igualmente maior de garotas, fiz a seguinte anotação em meu diário de campo:

“Na tarde do dia 29 de setembro de 2012, fomos ao bar X, que fica numa zona mais afastada do centro da Baía da Traição. Havíamos passado em frente ao bar na noite do dia anterior e percebemos algo de “suspeito”. Quando lá chegamos encontramos um grupo de cerca de cinco homens jovens (todos sem camisa, trajando apenas bermudas de praia) em torno de uma mesa. Numa outra mesa próxima havia outra dupla masculina. De início avistamos duas ou três mulheres. Uma delas dançava exuberantemente em volta do grupo mais numeroso de homens. Tão logo ocupamos uma das mesas, uma jovem veio nos servir cerveja. Pouco depois, Y, um homem que aparentava ter mais de 50 anos, visivelmente embriagado e usando um chapéu na cabeça, veio nos recepcionar. Ficamos sabendo pouco depois que ele era o proprietário do estabelecimento. Logo ele se dirigiu a um de nós, comunicando ao pé do ouvido que se precisássemos de alguma coisa ele mandaria as meninas nos “ajeitar”. Não foi preciso usar muito nosso senso interpretativo para entendermos a que Y se referia. Quando ele se retirou, percebemos que ele tratou de “recrutar” duas garotas, as mais bonitas daquele contexto, para nos abordar. Sem muita cerimônia, Z, uma das meninas, veio acompanhada de sua parceira e juntou-se a nós na mesa. Ela foi logo se servindo de cerveja e à amiga sem nos pedir permissão. Z nos disse que morava em (...), no Rio Grande do Norte, e que havia chegado ao bar (...) naquele dia mesmo. Por isso ela se fez de desentendida no que diz respeito ao funcionamento do bar (horários). Ela disse também que Y era seu padrasto e que sua mãe tivera um bar localizado a poucos metros dali. Z fez questão de indicar este bar duas ou três vezes, como se estivesse tentando nos mostrar o local aonde ela receberia seus clientes. Entendemos que o bar da suposta mãe de Z era um prostíbulo.

Z e sua companheira (a qual nos disse ser natural de..., interior da Paraíba, e que voltaria à sua terra natal dentro de um mês) se comunicavam continuamente através do olhar. Certamente havia uma série de códigos nesta modalidade de interação. Z também observava suas demais companheiras (que iam se avolumando com o passar do tempo, chegando ao número aproximado de sete ou oito) que rondavam as outras mesas. Uma dessas mulheres nos olhava e nos sorria insistentemente. Z demonstrava impaciência para conosco. Ela estava

querendo que tomássemos a iniciativa e efetivássemos o programa. Como não o fizemos, ela acabou por comunicar algo a Y. Este, por sua vez, aproximou-se novamente de nós e começou a proferir um discurso eivado de ironia sobre homossexualidade. Y também emitia um discurso dúbio, veladamente ameaçador, dizendo-se um homem sério e trabalhador, que nunca havia sido preso e que não permitia que ninguém pisasse em seu pé. Entendemos que ele estava desconfiado de nós, daí suas palavras. Soubemos também que Y havia levado as garotas de (...), Rio Grande do Norte, até a Baía da Traição naquele mesmo dia. Ele se referiu a elas como suas “camaradas”. Vale destacar que Y falava o tempo todo de sexo, demonstrando que era este o principal produto a ser consumido/ofertado em seu estabelecimento.”

A atitude esquivada/ameaçadora do proprietário desse bar se justificava pelos últimos acontecimentos registrados na Baía da Traição, quando os estabelecimentos que funcionavam como locais de prostituição ou “exploração sexual” de mulheres jovens foram denunciados e fechados por ordem judicial. Ainda quando eu estava em campo, o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) foi acionado para visitar uma aldeia situada no município de Marcação, para averiguar casos de tráfico de drogas e de existência de bares “mantidos por não indígenas, onde se explora a prostituição”. Uma vez mais, fizeram-se presentes tanto personalidades do setor jurídico (um procurador da República, um promotor de Justiça, uma advogada), quanto pesquisadores ligados à universidade e representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Segundo o relatório do CEDH, as polícias federal, civil e militar, a partir das denúncias feitas por lideranças indígenas, deveriam encarregar-se do “fechamento de bares e identificação dos pontos de drogas e exploração da prostituição nas aldeias” (SILVEIRA, 2012).

O “pânico moral” que se instalou a partir de denúncias como esta teve uma implicação drástica e direta nas vidas de mulheres que se prostituíam naquela região, fazendo com que algumas migrassem para outros municípios. Outras continuaram na prática prostitutiva às “escondidas”, isto é, de modo ainda mais clandestino, ou abandonaram “essa vida”. Obviamente, essa reconfiguração social impactou a boa execução da pesquisa, uma vez que as profissionais do sexo que pudemos contatar ou se recusavam terminantemente a concederem entrevistas, ou negavam o fato de atuarem na prostituição. Prova disso é que, antes da “campanha antiprostituição” na região, os pesquisadores com quem trabalhamos conseguiram entrevistar 24 mulheres – embora não sem dificuldades – com idades entre 18 e 49 anos, que moravam no núcleo urbano da Baía da Traição ou nas aldeias próximas e se prostituíam ou haviam se prostituído em algum momento de suas vidas. Tivemos contato mais estreito com duas delas, as quais, pelo fato de terem vivido como profissionais do sexo e conhecerem outras mulheres engajadas na prostituição ao tempo da pesquisa, atuaram como personagens centrais, indicando pessoas e lugares de nosso interesse. Uma delas mostrou-se especialmente solícita, contando com o nosso auxílio para promover encontros e palestras nos quais discutiríamos sexualidade com o viés da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Entretanto, enquanto estivemos inseridos no projeto “Sem reservas”, a investigação pouco avançou. Diversas razões concorreram para isso, sendo uma delas a dificuldade para localizar garotas (muitas delas viviam em aldeias afastadas da cidade ou migraram para outros municípios ou estados) dispostas a falarem sobre suas vidas e suas experiências como profissionais do sexo. Dentre elas, era frequente ouvir a afirmação de que não praticavam mais o sexo comercial depois de terem contraído matrimônio ou se convertido a alguma religião pentecostal. Além disso, “muitas (...) resistem a assumir a prostituição como trabalho por razões de ordem moral, além do fato da vida social estar aí sujeita a um controle muito mais próximo, rígido e fortemente permeado por valores morais religiosos e

conservadores, estigmatizando e marginalizando tais sujeitos” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 20-21).

Todavia, no decorrer das duas pesquisas que desenvolvemos na região da Baía da Traição, nos deparamos com modalidades de sexualidade e agência de gênero cuja articulação com experiências de “exploração sexual” ou prostituição propriamente dita inexistia ou se dava a partir de gramáticas, representações e experiências bastante diversas e fluidas, tornando problemático, portanto, empreender leituras mecânicas e homogeneizadoras acerca das múltiplas formas com que sujeitos mulheres vivenciavam suas sexualidades. Aquelas que melhor ilustram este fato eram as chamadas “meninas danadas”.

“MENINAS DANADAS”

Em todas as visitas que fizemos à Baía da Traição, desde quando passamos a integrar a equipe do projeto “Sem reservas”, recorremos às pessoas que já conhecíamos em busca de informações sobre garotas envolvidas na prática da prostituição. Na maioria das vezes, obtivemos respostas evasivas. Algumas pessoas diziam não conhecer nenhuma profissional do sexo no local. Outras afirmavam conhecer uma ou outra, para logo acrescentar que a jovem mencionada havia migrado para outra cidade ou estado ou ainda que ela passava longas temporadas fora da Baía da Traição, tornando difícil, portanto, achá-la em casa. Dos indivíduos que disseram conhecer profissionais do sexo, também recebemos advertências quanto à dificuldade de acessá-las por muitas vezes se tratar de garotas menores de 18 anos, o que implicava em ter de solicitar às mães delas autorização para entrevistá-las.

Se, hipoteticamente, questionássemos a “veracidade” dessas respostas, poderíamos creditá-las ao receio de expor as profissionais do sexo às possíveis consequências negativas que tal exposição teria sobre suas vidas. Tal leitura não deixa de ter um fundamento concreto, dada a conjuntura social instauradora do “pânico moral” e da política “antiprostituição” a que nos referimos. Por outro lado, ao considerar as frequentes menções, feitas pelas mesmas pessoas a quem recorremos, a “meninas danadas”, “muito danadas”, “danadinhas”, “bem danadinhas”, fomos levados a perceber o quão tênue era a fronteira que separava as profissionais do sexo “de fato” (que eram em número reduzido) de garotas que apenas agenciavam uma vida sexual menos restringida pelas normas locais. Dizemos que a fronteira entre elas era tênue porque as duas categorias de sujeitos, guardadas as devidas diferenças, eram colocadas num mesmo campo semântico dominado pelas representações sociais que recaíam sobre suas vidas sexuais. Além disso, no caso das “meninas danadas”, as relações sexuais muitas vezes poderiam se dar por intermédio de uma pequena soma de dinheiro, ou, como disse Mercedes, de “presentes” como bebidas, cigarros, roupas, perfumes, celulares, etc. Essas “dádivas”, além de não constituírem regra, não eram interpretadas por essas meninas como “pagamento” pelo sexo, e sim como um “agrado”, uma gentileza. Se, socialmente falando, tal prática poderia ser qualificada por um observador externo como uma modalidade de sexo comercial, justificando, conseqüentemente, a associação entre profissionais do sexo e “meninas danadas”, para estas últimas o fato de “oferta[rem] serviços sexuais de forma descontínua (...) não [era] encarad[o] como trabalho; muitas mant[inham] relações íntimas de forma remunerada ocasionalmente, não enxergando tal prática como prostituição, mas como uma espécie de fonte alternativa de renda” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 20-21). De qualquer forma, considerando a força que a ideologia patriarcal mantém, sobretudo no interior do Brasil – onde são consideradas “*putas* tanto profissionais do sexo propriamente ditas quanto mulheres não-casadas com vida sexual ativa, aquelas que não seguem

os padrões patriarcais de castidade, submissão e fidelidade” (MENEZES, 2002, p. 102) – muitas vezes as “meninas danadas” (mesmo quando não envolvidas com o sexo comercial) eram quase tão estigmatizadas quanto as “verdadeiras” profissionais do sexo⁴.

No decorrer de nossas pesquisas na região do Litoral Norte paraibano, tivemos contato com várias “meninas danadas” – diferentemente de adolescentes “vítimas de exploração sexual” e jovens profissionais do sexo –, sendo possível não somente entrevistá-las, mas estabelecer com elas um vínculo bastante amistoso. Graças a isso, será possível passar agora à descrição e análise de algumas questões colocadas por Marcinha e Karla.

Marcinha tinha 23 anos e morava com a mãe (uma mulher não indígena) em uma aldeia. Esta última mantinha um relacionamento com um homem de quem Marcinha não gostava. Este era um dos motivos pelos quais mãe e filha não se entendiam. Todas as vezes em que fomos até a casa dela a ouvimos queixar-se disso. Ela falava que, desde que seu pai morrera, a mãe já não era mais a “mesma pessoa”. Ainda assim, nossa jovem interlocutora, mesmo afirmando acalantar o desejo de migrar em busca de melhores oportunidades de trabalho, dizia não querer ficar longe da mãe. Seu maior desejo era que ambas se entendessem e que a primeira retribuísse o amor que Marcinha dizia por ela sentir. Outro aspecto que despertou nosso interesse pela história de Marcinha, e que contribuía para a relação tumultuada entre ela e a mãe, era seu modo de vida, a maneira como ela agenciava sua vida afetiva e sexual. Ela mesma se dizia muito “danada” e “namoradeira”, embora nos últimos tempos não estivesse saindo muito porque estava “amando”. O problema era que Marcinha estava amando um homem meio “errado”, casado, violento e que vinha ameaçando-a de morte.

A relação entre mãe e filha aqui poderia ser lida a partir de diversos marcos teóricos, sendo um deles fornecido pela literatura que trata das relações familiares no contexto camponês. Fortes (1962), por exemplo, considera que tais sociedades, para se reproduzirem, lançam mão de todos os mecanismos e normas institucionais para manter e transmitir o capital social de geração para geração, inclusive por meio de relações afetivas, pois é na família que se encontram suporte, afeição e senso de obrigação moral. Arensberg e Kimball (1968) acreditam que adentrar os aspectos mais íntimos dessa instituição permite entender melhor a dimensão da família como centro regulador das relações sociais, entre elas a que se efetiva entre pais e filhos, a qual está prenhe de vínculos emocionais e calcada em fortes vetores hierárquicos. Construída com afeto, obrigações e expectativas recíprocas, respeito e autoridade, a relação entre jovens e velhos, homens e mulheres é permeada de tensões. Grosso modo, espera-se dos filhos contenção e obediência, sobretudo aos pais; quanto às mães, estas aparecem como mais próximas dos filhos, dando-lhes afeição e conferindo maior “leveza” e “intimidade” à relação. Entre mãe e filha adulta, o vínculo seria ainda mais estreito. Ambas trabalhariam juntas até o momento em que esta última se casasse e estabelecesse residência própria (cf. LEWIS, 1951; THOMAS & ZNANIECKI, 1974). Tal vínculo, porém, longe de ser necessariamente harmonioso, traria consigo tensões e conflitos, de modo que não eram poucos os relatos de filhas que se sentiam exploradas pela mãe: era quando o casamento muitas vezes funcionava como uma fuga, significando a tão almejada “liberdade”.

Lançando mão dessas considerações para analisar o caso de Marcinha, vinham à tona os elementos hierarquia, respeito, conflito e afeto, todos estreitamente relacionados. Talvez o conflito proviesse justamente de um desencontro entre duas mulheres de gerações diferentes. O respeito mútuo poderia ter sido um fator de contenção da crise, mas este parecia faltar à relação estabelecida entre as duas. Nesse contexto, provavelmente contavam a morte do pai de Mar-

cinha e o fato da mãe dela relacionar-se com um homem de quem a primeira não gostava. Assim, a ausência de respeito, de autoridade e a quebra de expectativas se instalaram. O afeto também faltou, ao menos de um lado, pois Marcinha se queixava da indiferença da mãe. Em contrapartida, seu comportamento parecia contribuir para aquela quebra de expectativas. Talvez a “honra” de que fala Pitt-Rivers (1965, p. 30-31), alicerçada na “pureza sexual”, fosse uma “virtude” que lhe faltava. Sendo assumidamente “danada” e “namoradeira”, Marcinha era uma “desavergonhada” (no sentido empregado por este autor), ou seja, estava ausente nela a vergonha traduzida no “retraimento”, “rubor” e “timidez” tidos como atributos da mulher honrada. Agindo como uma mulher “ativa”, Marcinha abria mão da vergonha que não se pode ganhar, mas apenas manter através de um comportamento baseado na modéstia e no comedimento feminino (PITT-RIVERS, 1965, p. 34-40).

Voltemos agora nossas atenções para Karla, uma jovem de 22 anos, filha de uma índia e um “branco”, que morava numa outra aldeia juntamente com os avós maternos. Conhecemos Karla por ocasião de um pequeno incidente ocorrido durante uma sessão do Toré (importante ritual de caráter político-religioso praticado pelas populações indígenas localizadas no Nordeste brasileiro). Em meio ao ritual, Karla “incorporou” uma entidade espiritual. Porque destoava dos demais participantes da dança, demonstrando certo descontrole dos movimentos do corpo, algumas pessoas, notadamente mulheres, começaram a desferir uma série de impropérios contra ela. Os insultos giravam em torno da suposta “falta de homem” na vida daquela “quenga”, e que por isso ela deveria “levar uma surra” e ser expulsa dali. Dias depois desse episódio, Karla nos diria que vinha sofrendo muito nos últimos dois anos por conta de sua mediunidade. Durante o Toré, quando era invocada nos cantos a entidade Jurema, ela a incorporava. Muitas pessoas a condenavam por isso. Para algumas, Karla vivia bêbada; para outras, ela precisava levar uma “pomba bem grande”. Ouvimos da parte de outras pessoas que a hostilidade com que Karla era tratada era devida ao fato dela “sair” com vários homens, inclusive casados. Por tudo isso, Karla dizia estar depressiva e com medo de sair de casa. É importante registrar que alguns índios realizavam rituais ligados à “macumba” e ao “catimbó”, sendo por isso acusados de feitiçaria. Sendo assim, os poucos terreiros existentes em certas aldeias eram mantidos em segredo. Ainda que houvesse rezadores que diziam curar males físicos e manter contato com os espíritos dos antepassados presentes em matas e mangues da região, estes não eram vistos com bons olhos. Karla se queixava dos supostos pajés Potiguara por estes não aceitarem trabalhar com médiuns como ela. Por essa razão, ela frequentava uma casa de culto em João Pessoa e uma outra, localizada numa aldeia próxima à Baía da Traição.

A exemplo do que se deu entre os pesquisadores e Marcinha, Karla e nós nos tornamos próximos, de modo que nos encontramos outras vezes em situações informais. Uma delas ocorreu numa tarde, num bar, onde ela estava cercada por homens e mulheres em torno de uma mesa repleta de copos, garrafas e aperitivos. Ali, mulheres, assim como os homens, contavam histórias e mais histórias picantes. Durante nossa estada em campo, constatamos que não eram somente homens que ocupavam os bares, bebiam e falavam de mulheres. Estas também pareciam bastante sexualizadas, bebiam, falavam de sexo, e não foram poucos os relatos de mulheres “chifreiras” na região. Obviamente a prudência nos impedia de cairmos na armadilha de achar que “as” mulheres da Baía da Traição ou de todas as aldeias eram assim. De todo modo, o certo é que nem todas as mulheres ali eram pudicas, passivas e recatadas. Pelo menos Karla e Marcinha não o eram.

O que se deu naquela tarde nos leva ao encontro do que Fonseca (2000, p. 134-135) escreveu a respeito do humor e das brincadeiras alusivas

ao comportamento sexual de homens e mulheres na periferia de Porto Alegre. Segundo a autora, aqui “todos os assuntos se prestam a brincadeiras, mas a relação entre homem e mulher é o alvo predileto”. O “inesperado tom de deboche e referências abertas à liberdade sexual feminina”, observa a autora, a fizeram “repensar certos estereótipos sobre relações de gênero em grupos de baixa renda”. De acordo com ela, ainda que ambíguo, “o humor apresenta-se como entrada conveniente para os discursos ‘alternativos’”. É certo que aqui “[o] sentido literal das palavras se perde atrás das múltiplas interpretações da intenção do sujeito” (FONSECA, 2004, p. 138-139); ainda assim, “o humor, ‘como o bom humor em todas as sociedades, utiliza coisas que são ambíguas ou que são tabu e brinca com isso de formas diferentes’” (SEEGER, 1980, p. 69, apud FONSECA, 2000, p. 155-157). Transcrevendo as palavras de Davis (1990), Fonseca observa que

“a imagem da mulher desregrada (...) era uma imagem polivalente, que poderia operar, primeiro, ampliando as opções de comportamentos para as mulheres, dentro e mesmo fora do casamento, e, segundo, sancionando a desordem e a desobediência política, tanto para homens quanto para mulheres, numa sociedade que oferecia poucos meios formais de protesto às camadas baixas. Pôr em cena a mulher desordeira é, em parte, uma oportunidade de liberação temporária da hierarquia tradicional e estável, mas é, também, parte do conflito sobre os esforços para mudar a distribuição básica de poder da sociedade.” (DAVIS, 1990, p. 112, apud FONSECA, 2000, p. 155-157)

As brincadeiras presenciadas naquela ocasião estavam relacionadas à maneira como mulheres ilustradas por Karla e Marcinha construíam suas trajetórias sexuais e afetivas e ao modo como elas mesmas interpretavam o seu “ser mulher”. Ainda naquela tarde, Karla disse estar namorando um rapaz que vivia em outro estado brasileiro, confidenciando estar gostando dele como nunca havia gostado de outro rapaz antes. Por essa razão, ela não tinha vontade de “ficar” com outros rapazes. Era a primeira vez que isso acontecia, disse-me Karla, pois ela havia “traído” todos os seus namorados anteriormente. Além disso, dizia ela preferir namorados “de fora” do lugar, pois não queria permanecer na aldeia onde morava. Segundo Karla, caso permanecesse ali, seu destino já estaria traçado: tornar-se-ia dona de casa, e isso ela não queria de jeito nenhum. Ela queria ampliar seus horizontes, estudar, conseguir um bom emprego, ter uma vida “digna” e “independente”.

Um ano depois dessa nossa conversa, encontramos Karla falando de outro relacionamento, desta vez com um homem bem mais velho que ela, o qual vivia na região Sul do país. Karla estava novamente apaixonada, entre outras razões, por ele ser um homem “maduro” e “experiente”. Ela dizia estar à procura de alguém assim, com quem mantivesse um relacionamento estável, ainda que casamento não estivesse entre seus planos, pelo menos não a curto prazo. Karla admitia ser “namoradeira” e preferir “tomar a iniciativa” em relação aos homens.

Karla era um exemplo do grau de condenação que recaía sobre pessoas que praticavam cultos afro-brasileiros naquela região. O que não era de estranhar, em se tratando de um povo onde as religiões cristãs eram predominantes. Mas quais as razões dos acintes a ela dirigidos invocando sua espiritualidade e seu comportamento sexual? Parecia-me que Karla carregava consigo dois atributos extremamente estigmatizantes: um, de natureza religiosa; outro, de ordem sexual. Por ser umbandista e por agenciar uma sexualidade que escapava às normas socialmente aceitas, seu mundo desabava. Além disso, parecia haver ainda algo de étnico e político ali. Étnico porque sua identidade indígena era um ponto de discussões e questionamentos por parte de algumas pessoas. Político porque

ela, como sobrinha de uma liderança indígena, acabava envolvida nas disputas e polêmicas relacionadas ao faccionalismo que dividia o povo Potiguara. Assim, além de “macumbeira” e “quenga”, Karla era tida por alguns como uma “falsa índia” e, como se isso não bastasse, era parenta de uma personagem que estava longe de ser uma unanimidade. Desse modo, ela sintetizava um conjunto de atributos (de natureza religiosa, sexual, étnica, política) que, juntos ou separados, poderiam ser situacionalmente acionados para desqualificar alguém.

NOTA CONCLUSIVA

O que poderia agregar crianças e adolescentes “exploradas sexualmente”, jovens mulheres engajadas no comércio sexual e aquelas ditas “meninas danadas”? Conforme visto no primeiro tópico deste artigo, as primeiras, no contexto do Litoral Norte paraibano (mas provavelmente em outros cenários Brasil a fora), eventualmente eram impelidas – em virtude da carência financeira, pelas experiências de “abuso”, “exploração” e outras formas de violência – a adentrarem o mercado prostitutivo. Nesse sentido, haveria um *continuum* em uma trajetória que teria início numa infância sofrida e que culminaria na prostituição. Os discursos emitidos pelos mais variados atores (promotores de justiça, conselheiros tutelares, assistentes sociais, psicólogos, organizações não governamentais, igrejas, agentes indigenistas, jornalistas, etc.) sobre essa problemática, enfatizando as vulnerabilidades desses sujeitos, certamente ilustram um “caso particular do possível” (BACHELARD, 1991, p. 62). No entanto, sem desconsiderar a face cruel com a qual se apresentam fenômenos como a “exploração sexual de crianças e adolescentes” e o comércio sexual nos mais diversos recantos do país, precisamos acionar recorrentemente o senso crítico, atentando para as especificidades individuais e sociais contidas em cada caso, de modo a não emitir pareceres apressados e generalizantes, responsáveis por representações alarmistas e vitimistas, as quais, no final das contas, podem servir apenas para reproduzir ou reforçar imagens etnocêntricas, preconceituosas, estereotipadas.

Conforme dito no início deste artigo, o que apresentamos aqui são fragmentos impressionistas de uma investigação ainda em curso, portanto não cabe neste momento propor respostas para uma problemática bastante complexa, abrangente e polissêmica. Diante disso, gostaria de encerrar esse texto chamando atenção para um ponto específico contido no próprio título desse texto e que foi colocado por elas, as “meninas danadas”. Embora muitas vezes alvo de censura, discriminação, personagens como Marcinha e Karla mostram que, mesmo inseridos em cenários desfavoráveis, os sujeitos são capazes de “exercer poderes” e de “influenciar os exercidos por outros” (GIDDENS, 1989). O fato é que nem sempre os indivíduos obedecem, nem sempre são passivos, nem sempre são meras “vítimas”. Contra o medo, a exploração, a pobreza; contra a moral, a violência, o estigma, os sujeitos reagem por meio de seus desejos, de suas identificações e fantasias (MOORE, 2000, p. 15-16). Obviamente o próprio fato de resistir pode cobrar um preço às vezes alto, tanto é que, não fossem tão subversivas, transgressoras, ativas, não haveria porque rotular personagens exemplificadas por Marcinha e Karla como “danadas”. Mas ainda assim elas resistem, questionando leituras e intervenções unilaterais.

NOTAS

¹ “Mulatas ou negras eram vistas naturalmente como mulheres fáceis”, escreve CARMO (2011, p. 151), “mas também o eram as brancas europeias que não se comportavam

segundo as normas de pudor do país”. Em outra passagem, o autor, citando Gilberto FREYRE, diz: “as meretrizes francesas eram renomadas pela habilidade em proporcionar aos homens maduros e rapazes as sutilezas do amor, por revelarem delicadezas eróticas aos neófitos do prazer” (CARMO, 2011, p. 151-152).

²“Tem na cidade, tem na zona urbana, e são relatos, são casos isolados. Em todo município tem isso. Não se engane, não. Em todo município nosso hoje isso acontece. De garotas de 13, 14, 15 anos se renderem à exploração sexual. Aí é prostituição” (Walter Ribeiro).

³Em seu artigo, Oliveira (2009, p. 141-143) descreve um fenômeno em muito similar ao que observei na Baía da Traição. Segundo ele, “[a] despeito do fato de que à performance sexual do *homem de verdade* tende a ser atribuído um valor erótico intenso, que lhe possibilitaria em tese obter um grande número de parceiros sexuais, assim como benefícios materiais em retribuição pelo sexo, ele é investido nessa posição de ‘sujeito-objeto’ de desejo *pela* circulação na rede de parceiros, ao ser reconhecido como um parceiro de pessoas femininas”. Para os “homens”, “[a]cionar fatores outros que não o ‘desejo’ como motivações e justificações para a interação erótica entre sujeitos que não desempenham com clareza gêneros julgados opostos é uma tática de preservação da coerência dos gêneros nesse contexto de interação, que persiste atuante mesmo quando o sexo anátomo-fisiológico dos envolvidos é relativamente destituído de relevância” (ênfases do autor). Ver também Green (2000, p. 278) e Perlongher (1987, p. 24).

⁴“O estigma da *puta* pode transferir-se para qualquer mulher na chamada sociedade patriarcal, basta resvalar para fora do trilho para que o rótulo seja colado em qualquer uma (...) a primeira forma de se desclassificar toda e qualquer mulher começa com o estigma da puta. Todavia, particularmente, as que transgridem as regras e normas que controlam a mulher social e moralmente são as preferencialmente atingidas” (PETERSON, 1993). Estendendo estas considerações para o contexto de uma população indígena, a observação de Mariana PALADINO é tão instigante quanto esclarecedora: “Pelo que pude observar, a palavra prostituição, quando é utilizada pelos Ticuna, em geral não se refere ao comércio sexual, e sim a uma conduta que se desvia dos preceitos de uma moralidade sexual fortemente influenciada pelo cristianismo” (PALADINO, 2006, p. 209, n. 240).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rogério. *Prostituição: artes e manhas do ofício*. Goiânia: Cànone Editorial, Ed. UCG, 2006.
- ARENSBERG, Conrad M. & KIMBALL, Solon T. The Relations of Kindred. In: *Family and Community in Ireland*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, p. 59-75, 1968.
- BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1992.
- BACHELARD, Gaston. *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: P.U.F., 1991 [1934].
- BARNARDO’S. *Whose Daughter Next? Children Abused Through Prostitution*. Londres: Barnardo’s, 1998.
- BARRY, Kathleen. *Female Sexual Slavery*. Nova York: Avon, 1979.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BENEDETTI, Marcos R. e FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel (orgs.). *Na Batalha: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição* (v. 1). Porto Alegre: Editora Da Casa e GAPA/RS, 2000.
- BRASIL, Kátia. *Virgindade de meninas índias vale R\$ 20 no Amazonas*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1179864-virgindade-de-meninas-indias-vale-r-20-no-amazonas.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil*. São Paulo: Octavo, 2011.

- CHAPKIS, Wendy. *Live Sex Acts: Women Performing Erotic Labour*. Nova York: Routledge, 1997.
- COY, Maddy. This Body Which is not Mine: The Notion of the Habit Body, Prostitution and (Dis)embodiment. *Feminist Theory*, v. 10 (1), p. 61-75, 2009.
- DAVIS, Natalie Z. *Cultura do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DOEZEMA, Jo. ‘Ouch!: Western Feminists’ ‘Wounded Attachment’ to the ‘Third World Prostitute’. *Feminist Review*, n. 67, Spring, p. 16-38, 2001.
- FARIAS, Elaíze. *Meninas indígenas são vítimas de rede de pedofilia no Alto Rio Negro (AM)*. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/amazonia/Manaus-Amazonas-Amazonia-Prostituicao_Infanto_Juvenil-Sao_Gabriel_da_Cachoeira-Indios-Meninas-Alto-Rio-Negro-AM_0_770323003.html>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- FARLEY, Melissa. ‘Bad for the Body, Bad for the Heart’: Prostitution Harms Women Even if Legalized or Decriminalized. *Violence Against Women*, v. 10, n. 10, 2004. p. 1087-1125
- FONSECA, Claudia. ‘A dupla carreira da mulher prostituta’. *Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, p. 7-33, 1996.
- FONSECA, Claudia. *Familia, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- FONSECA, Claudia. A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 257-281, 2004.
- FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, *História da sexualidade*, v. 2.
- FORTES, Meyer. Introduction. In: GOODY, Jack (Org.). *The Developmental Cycle in Domestic Groups*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-14, 1962 [1958].
- FRANCH, Mónica. Jovens reassentados: construindo uma identidade coletiva. In: SCOTT, Parry, ATHIAS, Renato, QUADROS, Marion Teodósio de (orgs.). *Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 123-147, 2007.
- FREITAS, Renan S. de. *Bordel, bordéis: negociando identidades*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1994 [1933].
- GARCIA, Loreley Gomes. *Sem reservas: prostituição na Terra Indígena e zona rural da Paraíba*. Projeto de pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LEWIS, Oscar. Inter-personal relations within the family. In: *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied*. Illinois: University of Illinois Press, p. 319-52, 1951.

LOSSO, Juliana Cavilha. *Dos desregramentos da carne: um estudo antropológico sobre os itinerários urbanos, territorialidades, saberes e fazeres de profissionais do sexo em Florianópolis/SC*. Tese de Doutorado, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2010.

MARTINS, Denise. *Riscos na prostituição: um olhar antropológico*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2003.

MCINTOSH M. Who Needs Prostitutes?: The Ideology of Male Sexual Needs. In: SMART, C. and SMART, B. (Eds.). *Women, Sexuality and Social Control*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1978.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Rede e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa: Relume Dumará/UFPA, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Audiência pública abordará violência sexual de crianças e adolescentes potiguaras. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=115272&id_pov=217>. Acesso em: 15 jun. 2013.

MOORE, Henrietta L. *Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência*. Cadernos Pagu (14), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, p. 13-44, 2000.

MOUTINHO, Laura. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP, 2004.

NAGLE, Gil (Org.). *Whores and Other Feminists*. Nova York/Londres: Routledge, 1997.

OLIVAR, José Miguel. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre. *Teoria e Sociedade* (2), n. 15, jul./dez., p. 108 – 137, 2007.

OLIVEIRA, Leandro de. Diversidade sexual e trocas no mercado erótico: gênero, interação e subjetividade em uma boate na periferia do Rio de Janeiro. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira & FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 119-145, 2009.

PALADINO, Mariana. *Estudar e experimentar na cidade: trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “Jovens” indígenas Ticuna, Amazonas*. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PASINI, Elisiane. *Homens da Vila: um estudo sobre relações de gênero num universo de prostituição feminina*. Tese de Doutorado, PPGCS/UNICAMP, Campinas, 2005.

PASINI, Elisiane. *Sexo com prostitutas: uma discussão sobre modelos de masculinos*. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira & FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 237-262, 2009.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PHETERSON, Gail. The Whore Stigma: Female Dishonour and Male Unworthiness. *Social Text* (37), p. 39-54, 1993.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 13-59, 1965.

RAYMOND, Janice. *10 razões para a prostituição não ser legalizada*. Disponível em: <http://action.web.ca/home/catw/readingroom.shtm?x=30543&AA_EX_Session=b2bc4f4df7b3087588d33f16b37fc6df>. Acesso em: 10 jun. 2013.

REID, Joan A. An Exploratory Model of Girl's Vulnerability to Commercial Sexual Exploitation in Prostitution. *Child Maltreatment*, 16 (2), p. 146-157, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia e ANDRADE, Leandro Feitosa. Ruthless Rhetoric: Child and Youth Prostitution in Brazil. *Childhood*, v. 6 (1), p. 113-131, 1999.

SANTINI, Daniel. *Exploração sexual de adolescentes indígenas*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalhoinfantil/exploracao-sexual-de-adolescentes-indigenas/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

SEEGER, Anthony. *Os índios e nós*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

SILVEIRA, Felipe. *Relatório do CEDH aponta que aldeia da Paraíba tem venda de drogas e prostituição*. Disponível em: <<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/cidades/gente/2012/10/15/nws,215625,4,86,noticias,2190-relatorio-cedh-aponta-aldeia-paraiba-venda-drogas-prostituicao.aspx>>. Acesso em 15 jun. 2013.

SOUSA, Sônia M. Gomes. Pesquisas e estudos brasileiros sobre prostituição infantil e juvenil. *Psicologia em Revista*, v. 8, n. 11, p. 11-31, jun. 2002, Belo Horizonte.

SOUZA, Rafaela Assis de e SOUZA, Lídio de. Os dilemas da nomeação: prostituição infanto-juvenil e conceitos relacionados. *Estudos de Psicologia* 26 (2), p. 247-256, abr./jun. 2009, Campinas.

SWAIN, Tânia Navarro. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. *Revista Científica Unimontes*, v. 6, n. 2, p. 23-28, jul./dez. 2004, Montes Claros.

THOMAS, William I. & ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America (v. I)*. Nova York: Octagon Books, 1974 [1918].

TOTA, Martinho. *Entre as diferenças: gênero, geração e sexualidades em contexto interétnico*. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2012.

WEITZER, Ronald. The Social Construction of Sex Trafficking: Ideology and Institutionalization of a Moral Crusade. *Politics & Society*, v. 35, n. 3, p. 447-475, September 2007.